

Pela educação e pelo trabalho: anarquistas e o ensino racionalista na Primeira República brasileira

MIRANDA, Israel de Lima¹

Resumo: Defendendo os ideais de educação para os trabalhadores e seus filhos os líderes anarquistas fundaram escolas em várias localidades do país. Nelas, defendiam uma concepção considerada racionalista de educação. Esse trabalho procura investigar o uso de opúsculos (pequenos livros de divulgação) como meios de comunicação utilizados pelos militantes anarquistas. A temática aqui proposta trata da relação entre o Trabalho e Educação na concepção de ensino racionalista. Esse artigo apresenta a discussão no contexto da Primeira República brasileira, especificamente entre 1900 a 1920, período em que se acirravam as disputas no campo educacional entre as diversas lideranças anarquistas e o clero. Busca-se identificar e analisar alguns dos pressupostos da educação racionalista, presentes em um opúsculo escrito por Adelino de Pinho, militante intelectual que dirigiu a 2ª Escola Moderna, fundada em 1912, em São Paulo. A metodologia empregada baseou-se na leitura e análise desse documento e sua relação com a historiografia produzida acerca do tema.

Palavras-chave: Imprensa operária; educação anarquista; educação e trabalho.

For Education and Work: Anarchists and Rationalist Teaching in the First Brazilian Republic

Abstract: Defending the ideals of education for the workers and their children the anarchist leaders founded schools in several localities of the country. In them, they defended a conception considered rationalist of education. This work seeks to investigate the use of booklets (small books of divulgation) as means of communication used by anarchist militants. The theme proposed here deals with the relation between Work and Education in the conception of rationalist teaching. This article presents the discussion in the context of the First Brazilian Republic, specifically between 1900 and 1920, a period in which disputes in the educational field between the various anarchist leaders and the clergy intensified. It seeks to identify and analyze some of the presuppositions of rationalist education, present in a pamphlet written by Adelino de Pinho, an intellectual militant who directed the 2nd Modern School, founded in 1912 in São Paulo. The methodology used was based on the reading and analysis of this document and its relation with the historiography produced about the theme.

Keywords: workers' press; anarchist education; education and work.

¹ Acadêmico de História, participante, como bolsista de Iniciação científica Fapergs do projeto de pesquisa "Entre a fé e razão: Disputas de católicos e anarquistas pela educação operária (Espanha, Brasil e Argentina - 1891-1920)", coordenado pela prof.^a Dr.^a Isabel Bilhão, desenvolvido junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Unisinos. Email: israelmiranda92@hotmail.com

A história da imprensa está ligada ao período que chamamos de Idade Moderna, especificamente pós-invenção do instrumento que aperfeiçoou a técnica de reprodução de textos na primeira metade do século XV, a imprensa de Johannes Guttenberg. O uso dessa ferramenta teve seu auge e grande importância no final do século XVIII, em um momento de efervescência de ideias. Trata-se do contexto revolucionário da França de 1789. Segundo Jeremy Popkin

Junto com as assembleias legislativas, nas quais os líderes revolucionários competiam para serem reconhecidos como a voz do povo, e com os clubes nos quais todo cidadão podia participar do debate político, a imprensa revolucionária foi uma das principais instituições que ajudaram a estruturar o novo mundo da cultura política francesa (POPKIN, 1996, p. 199).

Durante o período revolucionário em Paris houve um *boom* na indústria tipográfica. Diante da diversidade de ideais, monarquistas, republicanos, socialistas, todos buscavam publicar e disseminar suas ideologias e propostas. Ainda segundo o mesmo autor, “Durante toda a revolução a imprensa de Paris provavelmente consistia em 25 a 30 jornais políticos de sucesso, com talvez o dobro desse número de empreendimentos marginais tentando entrar no mercado” (POPKIN, 1996, p. 207).

Mesmo com toda a ambição dos líderes revolucionários em ampliar suas publicações, a imprensa francesa ainda estava muito longe de ser exemplo. O formato de seus exemplares ainda se confundia com o dos livros, com reproduções do Antigo Regime. Na Inglaterra os jornais já haviam desenvolvido diversas técnicas na produção e edição, se diferenciando dos livros, pois eles possuíam títulos maiores, mosaico de informações, o que facilitava a leitura, além de terem um espaço para anúncios comerciais. Bem como os jornais, os panfletos, principalmente os de cunho político, também tiveram sua importância nessa conjuntura. “Essa literatura efêmera fornecia um comentário contínuo sobre praticamente tudo e, frequentemente, o fazia concentrando-se em episódios espetaculares ou figuras públicas proeminentes” (DARNTON; ROCHE, 1996, p. 225). Ademais, esse tipo de imprensa possuía várias categorias de publicação. Uma delas tratava sobre teorias políticas provindas quase sempre das classes mais instruídas. Outro tipo dava conta de ensaios de diversos pensadores. E por último a categoria que alcançou o maior número de leitores, os panfletos que comentavam os ocorridos do dia-dia.

Em relação à constituição do campo historiográfico, durante o século XIX e início do XX os documentos oficiais eram fontes supervalorizadas na construção do conhecimento histórico. Entre os historiadores acadêmicos esta concepção foi amplamente difundida. Tal teoria primava pela objetividade dos estudos desenvolvidos. Nesse sentido, conforme Tania Regina de Luca, naquele contexto defendia-se que

[...] o historiador, livre de qualquer envolvimento com seu objeto de estudo e senhor dos métodos de crítica textual precisa, deveria valer-se de fontes marcadas pela objetividade, neutralidade, fidedignidade, credibilidade, além de suficientemente distanciada de seu tempo (LUCA, 2008, p. 112).

Essa perspectiva excluiu as fontes que não se enquadravam nos critérios de "documentos oficiais", dentre esses, os jornais, as revistas e demais periódicos. Foi somente com as discussões propostas pelo movimento que ficou conhecido como História Nova, principalmente com a terceira geração da Escola dos Annales, que novos objetos e fontes começaram a embasar as análises no campo da pesquisa em História. Além disso, a renovação historiográfica fez com que os historiadores se questionassem sobre novos temas de pesquisa como o inconsciente, o mito, as mentalidades, as práticas culinárias, o corpo, as festas, os filmes, os jovens e as crianças, as mulheres, os aspectos do cotidiano. Enfim, uma miríade de questões antes ausentes do território da História. (LUCA, 2008). Ao lado dessa renovação, não se pode esquecer a profunda transformação no marxismo, marcada principalmente pelos estudos de Raymond Williams, Perry Anderson, Christopher Hill, Eric Hobsbawm e, sobretudo, Edward Thompson. Foi a partir dos trabalhos destes historiadores que a História e, sobretudo a História Social, passou por importantes mudanças. Podemos destacar aqui o conceito da história vista de baixo, que apresentou um novo viés acerca dos temas e problemas nos estudos sobre grande parte da população que anteriormente era desconsiderada nos estudos acadêmicos, aí incluída a classe trabalhadora. Thompson, como ressalta Jim Sharpe,

[...] não se limitou apenas a identificar o problema geral da reconstrução da experiência de um grupo de pessoas 'comuns'. Percebeu também a necessidade de tentar compreender o povo no passado, tão distante no tempo, quanto o historiador moderno é capaz, à luz de sua própria experiência e de suas próprias reações a essa experiência. (SHARPE, 1992, p.42).

A partir dessa nova concepção, a imprensa passou a ser vista como importante fonte e objeto de análise. Nos finais dos anos 1960, a imprensa já ocupava considerável espaço nos estudos e pesquisas históricas, porém, seu uso como fonte deixava de lado alguns aspectos importantes para uma análise mais profunda. Os periódicos eram vistos, por uma parcela dos historiadores, como um mero receptáculo de informações, quase sempre numa dicotomia entre informações verdadeiras ou falsas. Somente a partir da década de 1980 a imprensa, recebendo novas abordagens metodológicas, consolidou-se como uma importante fonte documental para os historiadores. A história do movimento operário foi uma das grandes beneficiárias dessa nova perspectiva, que destacava o uso dos periódicos e ampliava as informações que eles possuíam. Sendo assim, os

Dados acerca das formas de associação e composição do operariado, correntes ideológicas e cisões internas, greves, mobilizações e conflitos, condições de vida e trabalho, repressão e relacionamento com empregadores e poderes estabelecidos, intercâmbios entre lideranças nacionais e internacionais, enfim, respostas para as mais diversas questões acerca dos segmentos militantes puderam ser encontradas nas páginas de jornais, panfletos e revistas, que se constituíam em instrumento essencial de politização e arregimentação. (LUCA, 2008, p. 119)

A renovação metodológica suscitou a possibilidade de proposição de novos problemas de pesquisa, não só sobre o movimento operário organizado, mas também sobre questões de gênero, etnia, raça, identidade, modos de vida, experiências e práticas políticas cotidianas, formas de lazer e sociabilidades, produção teatral e literária. O uso dos jornais e revistas possibilitou a análise de uma gama de informações, desde a publicidade até ilustrações capazes de permitir a reconstituição de muitas das relações e visões presentes em determinados contextos.

Nas últimas décadas observou-se um avanço considerável nos estudos sobre o movimento operário apoiados em abordagens que se utilizam da imprensa como fonte. Existem importantes discussões sobre cotidiano e formação da identidade operária, por exemplo, na tese de Isabel Bilhão (2005). Nela a autora discute como se deu o processo de construção da identidade operária em Porto Alegre, tendo como base empírica, além de processo-crimes, também diversos periódicos. Outro importante trabalho nessa linha é a tese de Benito Schmidt (2002), intitulada "O Patriarca e o Tribuno: Caminhos, encruzilhadas, viagens e pontes de dois líderes socialistas: Francisco Xavier da Costa (187?-1934) e Carlos Cavaco

Revista Trilhas da História. Três Lagoas, v.7, nº14 jan-jun, 2018. p.175-192 Página 178

(1878-1961)”. A tese é um estudo biográfico sobre a trajetória de dois socialistas que atuaram no movimento operário porto alegre. Sua análise, entre outras documentações, apoia-se também em jornais operários.

A produção acadêmica, dentro dessa nova perspectiva, sobre o movimento operário só foi possível pelo desenvolvimento e ampliação de acervos sobre história operária. Entretanto, o acesso à grande parte das fontes sobre história social no país foi possível devido à guarda e ao cuidado de um militante anarquista chamado Edgard Leuenroth (1881-1968). Este jornalista, propagandista e arquivista prático se dedicou ao longo da vida à organização e manutenção de grande quantidade de textos, das mais variadas procedências e formatos, relacionados à militância, história, sociologia e outras produções de pensamento e crítica social, publicados tanto no Brasil quanto em diversos países. Atualmente o acervo reunido por ele encontra-se no Arquivo Edgard Leuenroth/AEL da Unicamp².

Sendo assim, este artigo objetiva analisar um tipo de documento impresso bastante difundido por diversos grupos, no fim do século XIX e início do XX, o *opúsculo*. Esse modelo de impresso, somado aos jornais, teve grande destaque no período da Primeira República do Brasil, num contexto marcado por disputas políticas e ideológicas não só nas esferas institucionais como no interior dos movimentos sociais. Muitos grupos de diferentes matizes, anarquistas, socialistas, religiosos, etc, produziram uma gama de publicações, dentre estas estão os opúsculos, contendo suas propostas e visões de mundo.

A análise deste tipo de documento apresenta alguns desafios para o historiador que busca compreender as inúmeras relações que a imprensa tinha com seu contexto, autores e leitores. Ainda encontramos em produções acadêmicas a perspectiva em que a imprensa é apresentada como fonte subsidiária ou secundária, as publicações são tomadas como meras fontes de informação. Conforme advertem, Heloisa de Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto, via de regra, o que prevalece é uma análise dos assuntos dos periódicos deslocados do contexto (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 256). Para superar essa limitação, busca-se analisar o opúsculo como parte de uma imprensa articulada a um período específico, a um

² O AEL foi fundado em 1974. Sobre o acervo atual, consultar: http://www.ael.ifch.unicamp.br/site_ael/. Sobre a vida, obra e arquivo de Leuenroth, ver, entre outros: Yara Khoury (1997).

sistema de ideias. Para tanto, foi necessário aprofundar a metodologia e desenvolver questões que orientassem e ampliassem a visão sobre a fonte utilizada.

Um dos primeiros aspectos que precisa ter atenção ao analisar o opúsculo é a compreensão do contexto no qual foi produzido. Segundo André Cellard essa análise “[...] possibilita apreender os esquemas conceituais de seu ou de seus autores, compreender sua reação, identificar as pessoas, grupos sociais, locais, fatos aos quais se faz alusão, etc.” (CELLARD, 2008, p.299). Outra questão importante ao lidar com este tipo de fonte é identificar quem a produziu, ou seja, os autores. Este passo permite visualizar melhor a confiabilidade do texto, a interpretação que é dada a alguns fatos, as concepções por de trás da publicação.

Para além desses procedimentos, Isabel Bilhão ressalta que a análise desse tipo de impresso deve ser embasada em uma

[...] minuciosa observação do conteúdo veiculado, das intenções explícitas às mensagens nas entrelinhas, das teses defendidas às denúncias e acusações formuladas, levando-se em conta que os opúsculos, especialmente os militantes, são muitas vezes compostos como “armas de combate” nas mais distintas “batalhas de ideias” e como tal procuram apresentar um discurso de convencimento baseado na coesão e coerência de argumentos, geralmente embasados em exemplos e falas de autoridade (BILHÃO, 2016a, p. 40).

Com base nestas orientações, o trabalho tem como objetivo analisar a relação entre educação e trabalho, na concepção racionalista de ensino presente nos opúsculos anarquistas e, sobretudo, de que forma estes escritos, como veículos de imprensa, atuaram na difusão do ensino racionalista no interior do movimento operário. O estudo foi estruturado em dois tópicos. No primeiro busca-se identificar as vias de difusão utilizadas pelos militantes racionalistas que se relacionam com os opúsculos, bem como o contexto em que os documentos foram produzidos. No segundo apresenta-se como exemplo um opúsculo com base no qual é feita a análise da relação entre educação e trabalho na perspectiva do ensino racionalista, buscando ainda identificar os principais intelectuais/autores que produziram os documentos analisados e suas filiações ideológicas. E, por fim, estabelecer as principais características do opúsculo, e influências presentes nos textos analisados.

Como já ressaltado, a imprensa nos mais variados suportes: jornais, revistas, opúsculos, é amplamente utilizada em diversas pesquisas. Sendo assim, a metodologia consiste na análise da fonte primária, um opúsculo produzido em 1908, por Adelino Tavares de Pinho. O documento que fundamenta esta discussão

pertence ao já mencionado acervo do AEL e foi selecionado a partir da participação em um projeto de pesquisa mais abrangente³.

AS RELAÇÕES DE TRABALHO E EDUCAÇÃO NA PRIMEIRA REPÚBLICA E A DEFESA DA ESCOLA MODERNA

O Brasil no período conhecido como Primeira República foi profundamente marcado pela “política dos governadores”, na qual os interesses dos grandes proprietários conciliavam-se com os do governo federal. Conforme Boris Fausto (FAUSTO, 1995) a ideia de uma República Liberal, inspirada nos moldes dos Estados Unidos, transformaram as antigas províncias em estados autônomos. O que era de grande interesse por parte dos estados politicamente mais influentes, como São Paulo e Minas Gerais. Economicamente houve um crescimento considerável de centros urbanos e fábricas nas regiões centrais do país. Regina Celia M. Jomini destaca que fatores como o fim da escravidão e uma intensa política de imigração forçaram os grandes proprietários a investirem capital na indústria nascente. (JOMINI, 1990). Foi neste incipiente meio urbano que conviveram muitos trabalhadores iniciantes no meio fabril/industrial.

Por ser um país ainda agrário e recém saído do regime escravista as relações de trabalho no Brasil, no início do século XX, eram bastante heterogêneas. Coexistiam trabalhadores domésticos que produziam para o empregador, o empregado de uma pequena oficina e o operário das grandes indústrias. Esse quadro denota a ideia de um processo semelhante ao ocorrido na revolução industrial, em que a diversidade de experiências de trabalho estava presente. As condições vivenciadas pela classe operária eram de extrema precariedade. Os trabalhadores estavam submetidos a longas jornadas de trabalho, que nos anos iniciais do século XX atingiam 14 horas no Distrito Federal e 16 em São Paulo, com poucas possibilidades de descanso ou lazer (BATALHA, 2000).

Desde a segunda metade do século XIX os trabalhadores livres começaram a se organizar em associações de socorro mútuo. Tais associações, também conhecidas como sociedades mutualistas, tinham como objetivo auxiliar os associados em momentos de dificuldades, como em casos de doenças, demissões,

³ O projeto de pesquisa intitula-se “Entre a fé e a razão: disputas de católicos e anarquistas pela educação operária (Espanha, Brasil e Argentina – 1891 a 1920)”, desenvolvido junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação – UNISINOS, sob a coordenação da Prof.^a Dr.^a Isabel Bilhão.

morte na família, prisões etc, e se constituíam como organizações beneficentes. Em finais do século XIX surgiram novas formas de organização operária. Essas novas associações, com diferentes denominações: associação, grêmio, liga, sociedade, união, etc, formaram as bases para o desenvolvimento dos sindicatos operários. Com uma proposta diferente das sociedades mutualistas, as entidades sindicais buscavam atuar no movimento operário enfrentando questões como a jornada e condições de trabalho e buscavam melhores salários. Esses sindicatos eram formados por grupos de militantes das mais variadas correntes ideológicas, que disputavam o lugar de liderança dentro das instituições⁴. Até os anos 1930 proliferou uma gama de partidos socialistas de pouca duração, quase sempre de expressão puramente local. Além dos socialistas, o movimento operário também contou com grupos anarquistas na sua constituição. (BATALHA, 2000)

Os grupos ácratas no início do século XX eram formados em grande parte por imigrantes de diversas áreas da Europa, principalmente da Itália, da Espanha, de Portugal e da Alemanha e carregavam consigo as influências de vários teóricos políticos como Kropotkin e Bakunin (DULLES, 1977). Além de promoverem greves e manifestações, os anarquistas preocuparam-se fortemente com a educação dos trabalhadores e seus filhos. As ações educacionais foram realizadas por meio das Escolas Modernas, inspiradas no modelo desenvolvido pelo pedagogo espanhol Francisco Ferrer e Guardia.

Conforme Sílvio Gallo, Ferrer defendia uma concepção considerada racionalista de ensino na qual a razão era a base para a construção de uma sociedade justa. Ademais, essa concepção gerou muitos conflitos com a Igreja Católica, pois objetivava uma educação baseada na observação da natureza e das relações sociais e também defendia a coeducação de meninos e meninas no mesmo ambiente. (GALLO, 2013). Com isso, a Igreja e os anarquistas travaram diversos embates no campo educacional, pela educação dos trabalhadores⁵. Além disso, é importante salientar que o projeto de educação defendido pelos grupos ácratas também entrava em choque com a concepção defendida pelos socialistas da época, que projetavam o ensino como um dever do Estado. Ainda, para encerrar esta contextualização, devemos ter em mente que, com a proclamação da República

⁴ Sobre as disputas entre as lideranças nos sindicatos ver, por exemplo, Isabel Bilhão (1999).

⁵ Sobre os embates em torno da educação dos trabalhadores, pode-se consultar Isabel Bilhão (2015).

houve a separação entre o Estado e a Igreja, e a constituição republicana, de 1891, dispunha que o ensino deveria ser “laico e leigo” nos estabelecimentos públicos, o que acirrava ainda mais os conflitos diante da educação (VIEIRA, 2007).

Uma das principais ferramentas de comunicação utilizadas no contexto republicano, em grande medida pela classe operária, suas lideranças e sindicatos, foram os periódicos. Renata Garcia Campos Duarte escreve que

[...] a imprensa operária pode ser definida como um conjunto de periódicos (jornais, revistas, folhetos, panfletos) produzidos, sobretudo por operários e/ou a eles destinados, em grande medida, vinculados a associações, cujas tendências políticas, e as suas principais contendas e tensões, eram expressas em suas páginas” (DUARTE, 2017).

Bilhão também ressalta que, além dessas características, os jornais produzidos pela, e para a classe trabalhadora, se preocupavam em manter colunas com informações sobre o que estava ocorrendo ao redor do mundo. Os militantes brasileiros utilizavam-se da correspondência para levar informações de suas entidades a diversos países da América e da Europa. (BILHÃO, 2016b). Outro meio de difusão de informações, que também cumpria este papel, são os opúsculos que eram produzidos para circularem entre seus leitores e militantes.

A comunicação por meio destes periódicos foi crucial para a difusão do Ensino Racionalista. De forma semelhante aos jornais operários, os opúsculos possuíam duas classificações de textos, era uma para a leitura *extensiva*, em que se transmitiam notícias de rápida assimilação. A outra era de produções para leitura *intensiva*, com textos mais doutrinários que obrigavam os leitores a ler várias vezes para assimilarem seus múltiplos significados. Um dos periódicos que se destaca na produção de conhecimentos sobre a história do anarquismo e sua relação com o ensino racionalista é o jornal anticlerical *A Lanterna*, que hoje se configura como importante fonte para os estudos da presença anarquista no Brasil. Conforme Fernando Antônio Peres

O jornal buscava a difusão de ideais de regeneração e elevação moral dos indivíduos e da sociedade como um todo, através da igualdade e da justiça, do trabalho e do bem-estar compartilhados, do desprezo das riquezas e da democratização do saber. Defendia-se o socialismo revolucionário e a valorização das “leis naturais” com a rejeição das disputas políticas-eleitorais, do Estado enquanto instituição, da propriedade privada e de todo o tipo de autoridade. (PERES, 2005, p. 2)

O jornal se posicionava contra a Igreja e seus postulados e, além disso, contribuía na difusão das concepções racionalistas de ensino defendida pela Escola

Moderna. Diferente dos jornais, qualquer indivíduo que acreditasse possuir algum dote poético ou literário, científico, histórico, concepções religiosas, pretensões políticas, ou algo que julgasse merecedor de publicidade, poderia publicar seu opúsculo (BILHÃO, 2016a, p. 2).

Sendo assim, pode-se perceber diferenças entre o opúsculo e o jornal. Os dois tinham finalidade semelhante, mas a forma de alcançar seu propósito, ou seja, de chegar aos leitores era diversa. Até mesmo pela variação de temas possíveis presentes nos opúsculos. Um dos principais idealizadores da escola moderna foi Francisco Ferrer que nasceu em Alella, Espanha, e morreu executado pelo governo espanhol em 1909, tornando-se um mártir para o movimento anarquista. No ano de 1886 ele foi para à França, onde se exilou, após a revolta contra a monarquia espanhola, começou a lecionar espanhol e teve contado com o educador Paul Robin (1837- 1912). As proposições de Paul Robin se davam no âmbito de um ensino integral. Ele acreditava que a educação deveria ultrapassar a sala de aula e levava seus alunos para observar a natureza e principalmente a realidade dos trabalhadores. A influência que Ferrer recebeu fez com que fundasse a Escola Moderna em 1901, em Barcelona, que, conforme Gallo,

era um local amplo e arejado, com salas bonitas e bem decoradas, espaços múltiplos e pátios externos, para atividades ao ar livre. Além disso, eram frequentes as atividades fora da escola: visita a fábricas, passeios pela praia para estudar a geografia local e assim por diante. (GALLO, 2013, p.242).

A cidade de Barcelona se encontrava em um contexto de expansão industrial e isso propiciou o aumento da população operária. Neste processo os trabalhadores começaram a se organizar em torno do movimento operário e se aproximaram das ideias anarquistas que iriam influenciar Ferrer.

Com base neste modelo de escola, surgiram no Brasil diversos seguidores, influenciados pelas concepções de Ferrer, como Polydoro dos Santos, em Porto Alegre; João Penteadó, em São Paulo e José de Oiticica no Rio de Janeiro. (BILHÃO, 2016b). Inúmeras escolas, dentro da perspectiva racionalista de ensino, foram fundadas e atendiam os trabalhadores e seus filhos se opondo as escolas estatais e de natureza religiosa. A mobilização das lideranças anarquistas se deu, em grande medida, após a morte de Ferrer, em 1909, conforme explica Rodrigo Rosa da Silva, referindo-se a São Paulo,

em 1909, diante do fuzilamento de Francisco Ferrer y Guardia no dia 13 de Outubro do mesmo ano, foi criado o Comitê Pró-Escola Moderna, que agregava distintas personagens de distintos lugares sociais, desde militantes do movimento operário e anarquista, como Gigi Damiani, Edgard Leuenroth, Eduardo Vassimon, Neno Vasco e Oreste Ristori, até profissionais liberais, industriais e maçons, como Leão Aymoré, Dante Ramenzoni, Pedro Lopes e José Sanz Duro. (SILVA, 2013, p.151)

Uma das primeiras escolas modernas do Brasil foi fundada em São Paulo, no ano de 1912, pelos professores Adelino de Pinho e João Penteado. Tatiana da Silva Calsavara destaca que a escola “deveria atender aos filhos dos operários, operários analfabetos e ainda aqueles que quisessem ter aulas de datilografia, português e aritmética e que apoiassem o ensino racionalista” (CALSAVARA, 2012, p. 94).

Nesse sentido, é possível afirmar que o movimento anarquista, por meio de suas escolas, preocupou-se desde seu primeiro congresso, com a questão da educação dos filhos e filhas dos trabalhadores. A Cidade de Porto Alegre também sediou uma Escola Moderna no período de 1917.

No Brasil foram muitas as experiências escolares desenvolvidas pelos anarquistas. A escola Moderna se destacou em São Paulo que chegou a entrar durante um tempo, desde 1913, para a lista de escolas particulares do Anuário do Ensino do Estado de São Paulo. No entanto, ela foi retirada por pressão de grupos nacionalistas e conservadores que criticavam o currículo que se diferenciava das outras escolas. (MORAES et al., 2012)

PELA EDUCAÇÃO E PELO TRABALHO: OPÚSCULO

O documento analisado é um opúsculo composto de 28 páginas e apresenta um discurso, proferido na Conferência da Liga Operária de Campinas, em 13 de dezembro de 1908. Esses materiais costumavam ser impressos em folhas no tamanho ofício, dobradas ao meio e grampeadas no centro, transformavam-se em pequenos livretos cujas páginas mediam aproximadamente 20 centímetros de altura por 15 de largura. Segundo Isabel Bilhão,

tal formato oferecia uma dupla vantagem, o barateamento dos custos, pelo uso intensivo do papel, artigo importado e caro no mercado brasileiro da época, e a praticidade em seu manuseio, transporte e armazenagem (BILHÃO, 2016a, p.40).

A Liga Operária de Campinas representa uma das inúmeras organizações operárias que surgiram no período da Primeira República. De caráter sindical, ela reunia os trabalhadores e atuava nas greves e manifestações. Outra característica da Liga era sua atuação no campo da educação dos trabalhadores, o que provocava embates com a Igreja (NOMELINI, 2005).

Em relação ao conteúdo do opúsculo, o que pode ser revelador para o historiador, é o título ou subtítulo da publicação, identificar esse ponto pode ser de grande ajuda para entender qual a natureza de sua intervenção e suas intenções editoriais (CRUZ; PEIXOTO, 2007. p. 261). Nesse sentido, observa-se, com base no título da publicação, “Pela educação e pelo trabalho”⁶, que a proposta visava defender uma relação entre os dois aspectos marcantes do pensamento educacional anarquista. No que diz respeito à estrutura do texto, o opúsculo é apresentado em primeira pessoa, Adelino antes de adentrar o tema escreve: “Como professor da Escola Social cumpre-me, hoje, o dever de vos falar sobre assuntos que se relacionam com a instrução e a educação das crianças.” (OPUSCULO, p.1)

Ao analisar periódicos da Escola Moderna nº1, dirigida por João Penteado, Moraes identifica que o “movimento anarquista defendia o desenvolvimento completo do homem e, por isso, a ênfase também na educação informal [...]” e tinha como proposta principal “levar o trabalhador à formação integral e à consciência de classe.” (MORAES et al., 2012 p.6). A educação informal ocorria nos diversos espaços do cotidiano, poderia estar presente na greve, na boicotagem, na sabotagem, nas manifestações espontâneas dos trabalhadores. Corroborando com tal ideal, Adelino, nas primeiras páginas do opúsculo defendia que

O saber não implica, de maneira nenhuma, uma tabuleta para assoalhar, o pregoar, o publicar. Além de que, há muitas coisas que depõem contra os exames e os diplomas. Em muitos casos, pode o que sabe menos ser o privilegiado em detrimento de quem estava mais adiantado. E isto dá-se frequentemente, já por questões de favoritismo, de compadrio ou de polícia; já por questões que se prendem com o temperamento das crianças⁷ (OPUSCULO, 1908, p.1)

A visão dos anarquistas sobre os exames parte de uma crítica mais ampla ao ensino “burguês” que visava a formação de “burocratas”. O “saber fazer” era

⁶ OPUSCULO. Pela Educação e pelo Trabalho. Conferência realizada na “Liga Operária de Campinas”, Adelino de Pinho. Rio de Janeiro, 1908. (Arquivo Edgard Leuenroth/Unicamp).

⁷ A grafia da fonte foi atualizada.

exaltado sempre pelos textos anarquistas, mas não aparecia de maneira isolada. Pois os teóricos, que serviam de base para o pensamento anarquista

acreditavam que a escola não pode e não deve simplesmente impor uma determinada profissionalização ao indivíduo. Assim, teoricamente as escolas anarquistas deveriam ter inúmeras oficinas que possibilitassem o aprendizado das mais diversas profissões básicas, paralelamente ao ensino intelectual e ao ensino moral [...] (GALLO, 2007. p. 55).

O ensino racionalista, defendido por Adelino visava ampliar o conhecimento a partir do ensino integral, pensava que o Homem, como sinônimo de humanidade, deveria viver em reciprocidade com a natureza, e estar apto tanto para conhecer, mas também para agir, e afirmava que

Toda educação que não prepara a criança para esse duplo papel, que não tende a fazer dela ao mesmo tempo um trabalhador, no mais largo sentido da palavra, um ser inteligente e um ser ativo, é uma educação incompleta e estéril” (OPÚSCULO, 1908, p.8).

Outro aspecto que surge no texto é a presença do anticlericalismo, que marcava não só as páginas dos Jornais, como também dos opúsculos. O anticlericalismo, como apontou Walter da Silva Oliveira, teve suas origens no final da Idade Média e baseava-se na crítica à corrupção do clero e a seus desvios do evangelho. Após séculos se misturou à crítica racionalista com a finalidade de fazer frente ao ensino ministrado nas escolas tradicionais, muito influenciadas pelas ideias católicas. Os anarquistas, juntamente com colaboradores de vários segmentos sociais com tendências políticas e ideológicas diversas uniam-se por uma pauta em torno de questões que iam de encontro às ações da Igreja. (OLIVEIRA, 2008). Esse ponto aparece na defesa de que, “A educação dada a criança deve ser racional e baseada na ciência e na experiência. Deve-se dela afastar qualquer noção mística ou sobrenatural” (OPÚSCULO, 1908, p.7)

Entretanto, deve-se lembrar que a noção de ciência que aparece no discurso ácrata fugia da ideia científica de neutralidade. Para os anarquistas “a ciência em si é política e por isso um espaço privilegiado de disputas e de luta.” (SILVA, 2013, p.90). Nesse sentido, a ciência configura-se como ferramenta emancipatória com objetivo de aproximar a relação entre o “trabalho manual” ao “trabalho intelectual”. Inferimos tal ideia com base na citação:

O homem deve ser, antes de tudo, um trabalhador para prover a sua alimentação, ao seu sustento e ao de sua família. Mas nem só de pão vive o homem. O homem tem necessidade de livros, de música, de estátuas, de

pintura, de paisagens. Logo, a par de um trabalhador, devemos fazer um pensador. (OPÚSCULO, 1908, p.8)

O Ensino Racionalista possuía, sobretudo, o caráter que se aproximava do conceito de politecnia ou *aprendizagem politécnica* proposta por Proudhon e Bakunin. Esses intelectuais postulavam o ensino das diversas técnicas de produção manual, aliada a formação cultural que privilegiasse todas as habilidades físicas, intelectuais e morais da criança (GALLO, 2007, p. 38). Ademais, entende-se que esse aspecto converge com outra característica que chamamos atenção nesta concepção de ensino. Trata-se do papel da mulher enquanto mãe e educadora. Defendia-se então a

necessidade urgente de atrair a mulher à causa do progresso e do desenvolvimento, educá-la, orientá-la, fazê-la interessar-se por esta obra de civilização e da felicidade universal, cuja pedra angular, base, alicerce, e ponto de partida é naturalmente ela. (OPÚSCULO, 1908, p.16)

É importante salientar que tal ideia poderia ser considerada conservadora para os padrões contemporâneos por valorizar o papel de mãe, mas deve ser entendida no interior do “espírito de seu tempo”, pois era um período profundamente marcado por uma visão que emitia dúvidas acerca da capacidade intelectual da mulher. Isso reforça a defesa, feita por Ferrer, da coeducação dos sexos nas Escolas Modernas. (BILHÃO 2016a)

Além desse aspecto, Adelino escreve que a prática educativa não deveria fazer “nada por rivalidade ou vanglória. A educação deve ser livre e acessível a todos, mas nunca compulsiva. Nada, pois, merece recompensa ou elogios, mas se havê-los, deveria ser para o esforço, não para o resultado” (OPÚSCULO, p.10). Tal percepção visava fazer com que a criança desenvolvesse seu espírito crítico e sua autonomia, e nunca submissão e o silêncio. Pode-se observar também, a preocupação dos líderes anarquistas com a moral dos trabalhadores e de seus filhos. Adelino discutia a questão:

Como, pois infundir no espírito de nossos filhos o horror, a aversão pelo tabaco, pelas bebidas, pelas más conversações, quando é certo que nós bebemos, fumamos e nem sempre falamos de maneira conveniente, de modo urbano e correto? Quando muito, podemos ensiná-los, obrigá-los, forçá-los a serem simulados e fazerem as escondidas aquilo que não se arriscam a fazer em nossa presença. Mas, por acaso, o fato diminui de importância? De modo nenhum. Muito mais louvável seria nos abstermos de bebidas, do tabaco e de outros venenos semelhantes que nos depauperam o organismo e nos prejudicam o bolso, do que querermos que nossos filhos sejam muito puros quando nós não temos o valor suficiente de, por uma questão de higiene e

moral, abandonarmos esses vícios que nada abonam em favor de quem os mantém e os usa. (OPÚSCULO, p.14)

Os teóricos racionalistas defendiam que a formação do sujeito se dava em diversos espaços. Nesse sentido, Paul Robin e outros educadores anarquistas acreditavam que a educação deveria ser desenvolvida em dois âmbitos: primeiro no modo de vida escolar e, segundo, na orientação geral, para que não surgissem falsas noções sobre a vida e a organização social. (GALLO, 2007)

O opúsculo, como ferramenta acessível, foi amplamente utilizado por diversos grupos sociais no período republicano. Podemos afirmar que foi expressiva a produção mesmo com o alto nível de analfabetismo presente naquele contexto, que nas décadas iniciais do século XX apresentava um índice de aproximadamente de 85% da população (PAIVA, 1973, p.70). No entanto muitos intelectuais se engajaram na luta pela alfabetização, sendo os militantes racionalistas exemplos destes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta de educação difundida pelos anarquistas, atualmente, é estudada pelos historiadores, seja pela renovação metodológica ou pelo desenvolvimento de arquivos e acervos que possibilitam o fácil acesso a documentos, antes sem destaque na produção acadêmica. Os anarquistas do início do século XX, na Primeira República brasileira, foram bastante influenciados pela metodologia de ensino racionalista e buscaram difundi-lo no interior do movimento operário a partir das escolas e, sobretudo, marcaram presença nos sindicatos e sociedades operárias.

Tanto para a História Social quanto para a História da Educação percebe-se um avanço nos estudos sobre o ensino difundido por esses grupos. A partir da concepção racionalista buscava-se a emancipação de todos os seres humanos, governados apenas pela razão e uma sociedade baseada fundamentalmente na liberdade plena, para que o ser humano pudesse desenvolver todas as suas capacidades e potencialidades.

Neste trabalho, investigou-se as principais características do Ensino Racionalista difundido no contexto da Primeira República por meio do opúsculo, produzido por militantes anarquistas. A discussão teve como questão orientadora a

relação entre Trabalho e Educação presente no texto produzido por Adelino de Pinho. Ao estudá-lo podemos refletir sobre os diversos tipos de veículos de informação da época. A partir de uma breve contextualização do período republicano observou-se como se inseriram os grupos anarquistas no âmbito da educação dos trabalhadores.

Para concluir, é importante perceber que a produção e distribuição do opúsculo se deu, também, a partir da ampliação e melhoramento das técnicas tipográficas. Conforme Roger Chartier

Depois de Gutenberg, toda a cultura ocidental pôde ser vista como uma cultura da impressão, pois em vez de ficarem restritos aos usos administrativos e eclesiásticos [...] os produtos das impressoras e da composição tipográfica influenciaram a totalidade das práticas e das relações". (CHARTIER, 2001, p. 238)

Ao estudar o opúsculo amplia-se os estudos acerca dos tipos de imprensa no Brasil e suas possibilidades enquanto fonte, especificamente para aprofundar as reflexões sobre o ensino racionalista e as práticas de militância exercida pelos anarquistas no âmbito do movimento operário.

REFERÊNCIAS

BATALHA, Claudio H. M. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

BILHÃO, Isabel. *Rivalidades e solidariedades no movimento operário (Porto Alegre 1906 -1911)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

BILHÃO, Isabel. *Identidade e trabalho: análise da construção identitária dos operários porto-alegrenses (1906-1920)*. Tese (Doutorado em História) - IFCH/UFRGS. Porto Alegre, 2005, 280p.

BILHÃO, Isabel. Pela educação lutaremos o bom combate: a instrução operária como um campo de disputas entre católicos e anarquistas na Primeira República brasileira. *História da Educação*. Porto Alegre, vol. 19, n.45, p.141-157, 2015.

BILHÃO, Isabel. A escrita militante: opúsculos como fonte e objeto de análise (reação à execução de Francisco Ferrer y Guardia). In: MOLINA, Ana Heloisa; FERREIRA, Carlos Augusto (Orgs.). *Entre textos e contextos: caminhos do ensino de história*. Curitiba: CRV, 2016a, p. 39-57.

BILHÃO, Isabel. Imprensa e educação operária: análise da difusão do ensino racionalista em jornais anarquistas brasileiros (1900-1920). *Educação Unisinos*. São Leopoldo, vol. 20, n.2, p.176-184, 2016b.

CALSAVARA, Tatiana da Silva. *A Militância Anarquista Através das Relações Mantidas por João Pentecoste – Estratégias de Sobrevivência Pós anos 20*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012, 279 p.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis, Vozes, 2008, p.295-316.

CHARTIER, Roger. *Cultura escrita, literatura e história*. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História*. São Paulo, n. 35, p.253-270, 2007.

DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel (Org.). *A revolução impressa: a imprensa na França, 1775-1800*. São Paulo: Edusp, 1996.

DUARTE, Renata Garcia Campos. A imprensa operária e a história da educação: Uma análise das contribuições dos jornais O Labor e O Confederal para a História da Educação nos anos iniciais de Belo Horizonte. *Revista de História e Historiografia da Educação*. Curitiba, vol.1, n.3, p.94-113, 2017.

DULLES, John W. F. *Anarquistas e comunistas no Brasil, 1900-1935*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 2.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fundação de Desenvolvimento da Educação, 1995.

GALLO, Silvio. Francisco Ferrer Guardia: o mártir da Escola Moderna. *Pró-Posições*. Campinas, Unicamp, v. 24, p.241-251, 2013.

GALLO, Silvio. *Pedagogia Libertária: anarquistas e educação*. São Paulo, Imaginário. Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.

JOMINI, Regina Célia Mazoni. *Uma educação para a solidariedade: contribuições ao estudo das concepções e realizações educacionais ao anarquismo na República Velha*. Campinas, SP: Pontes, 1990.

KHOURY, Yara Maria Aun. *Edgard Leuenroth, uma voz libertária: imprensa, memória e militância anarco-sindicalista*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, FFLCH/USP, São Paulo-SP, 1989.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Ed. Contexto, 2ª ed., 2008, p 111-155.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal, CALSAVARA, Tatiana, MARTINS, Ana Paula. O ensino libertário e a relação entre trabalho e educação: algumas reflexões. *Educação e Pesquisa*. São Paulo, vol. 38, n. 4, p.997-1012, out./dez. 2012.

NOMELINI, Paula Christina Bin. Associações Operárias Mutualistas e Recreativas em Campinas 1906-1931. In: *Anais do XXIII Simpósio Nacional de História*. História: guerra e paz. Londrina, UEL, 2005. Disponível em: <http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.0816.pdf>. Acesso em 10/11/ 2017.

OLIVEIRA, Walter da Silva. *Narrativas à luz d'a "Lanterna": anticlericalismo, anarquismo e representações*. Dissertação (Mestrado em História) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008, 133 p.

OPÚSCULO. *Pela Educação e pelo Trabalho*. Conferência realizada na "Liga Operária de Campinas", Adelino de Pinho. Rio de Janeiro, 1908. (Arquivo Edgard Leuenroth/Unicamp).

PAIVA, Vanilda Pereira. *Educação popular e educação de adultos*. São Paulo: Loyola, 1973.

PERES, Fernando Antonio. Guerra aos padres: o jornal anticlerical A Lanterna em São Paulo na Primeira República. In: *Anais do XXIII Simpósio Nacional de História*. História: guerra e paz. Londrina, UEL, 2005. Disponível em: <http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.0365.pdf>. Acesso em 23/10/ 2017.

POPKIN, Jeremy D. Jornais: a nova face das notícias. In: DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel (Org.). *A revolução impressa: a imprensa na França, 1775-1800*. São Paulo: Edusp, 1996.

SCHMIDT, Benito. O Patriarca e o Tribuno: Caminhos, encruzilhadas, viagens e pontes de dois líderes socialistas: Francisco Xavier da Costa (187?-1934) e Carlos Cavaco (1878-1961). Tese (Doutorado em História) - Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas/SP, 2002, 523 p.

SHARPE, Jim. A História Vista de Baixo. In : BURKE, Peter (org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992, p39-p62.

SILVA, Rodrigo Rosa da. *Anarquismo, ciência e educação: Francisco Ferrer y Guardia e a rede de militantes e cientistas em torno do ensino racionalista (1890-1920)*. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013, 379 p.

VIEIRA, Sofia Lerche. A educação nas constituições: texto e contexto. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília, v.88, n.219, p. 291-309, 2007.